



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE - MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: ASSESSOR JURÍDICO



INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

- A prova consta de 40 (QUARENTA) questões, todas de múltipla escolha, com as alternativas "A, B, C, D".
- Para cada questão existe apenas uma alternativa correta.
- A prova terá duração de 180 (Cento e Oitenta) minutos. Você será avisado quando restarem 30 minutos para o final.
- Tenha em mãos apenas o material necessário para a resolução da prova. Não é permitido o uso de calculadoras nem o empréstimo de qualquer tipo de material.
- Utilize as partes em branco do "Caderno de Questões" como rascunho.
- Você receberá um gabarito cujo formato consta de 50 (cinquenta) questões com alternativas "A, B, C, D, E". Desprezar a letra "E" e as questões de 41 a 50.
- ATENÇÃO: só existe 01 (uma) alternativa correta.
- Preencher o quadrado com caneta PRETA ou AZUL de ponta grossa. Importante, o preenchimento deverá ser feito cuidadosamente sem sair do quadrado.
- Assine o CARTÃO DE RESPOSTA no local indicado. Sem a assinatura seu cartão é invalidado.
- A apuração do resultado será feita por leitora óptica, não havendo processamento manual dos cartões, portanto não cometa erros no seu gabarito.
- **Anular-se-á, automaticamente, questões que contiverem no Gabarito, rasuras, duas respostas ou em branco.**
- NÃO há outros cartões de resposta para substituir os errados, portanto, atenção.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala para entrega simultânea do cartão de resposta e assinar na folha de ocorrência.

**OBSERVE COMO SE DEVE PREENCHER O
CARTÃO DE RESPOSTA**

01	☐	☐	☐	☐	☐
02	☐	☐	☐	☐	☐
03	☐	☐	☐	☐	☐
04	☐	☐	☐	☐	☐
05	☐	☐	☐	☐	☐
06	☐	☐	☐	☐	☐
07	☐	☐	☐	☐	☐
08	☐	☐	☐	☐	☐
09	☐	☐	☐	☐	☐

NOME _____ INSCRIÇÃO Nº _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE - MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: ASSESSOR JURÍDICO



LÍNGUA PORTUGUESA

01. Observe:



Analizando-se a REGÊNCIA NOMINAL, visto que a placa da imagem se refere a uma personagem do sexo feminino, tem-se como correta a alternativa:

- a) A regência do nome é facultativa, pois nessa situação pode-se utilizá-lo de duas formas.
- b) A regência do nome está correta, pois como refere-se a uma personagem do sexo feminino, segundo a gramática normativa só admite feminino.
- c) A regência do nome está correta, pois trata-se da referência feita ao verbo agradecer na oração.
- d) A regra de concordância nominal diz que quando a palavra “obrigado” expressar um agradecimento deverá concordar obrigatoriamente com o emissor do agradecimento.

02. A alternativa onde a palavra QUE é um pronome relativo desempenhando a função de SUJEITO é:

- a) Pedi à sala que examinassem as provas QUE entreguei com atenção.
- b) As candidatas QUE se preparam bem para o concurso serão aprovadas.
- c) Aquelas são as histórias de QUE todos gostavam.
- d) Esta é a escritora a QUE me referi.

03. Todas as frases abaixo apresentam sentido conotativo, com exceção de:

- a) Durante o filme, ela chorou um rio de lágrimas...
- b) Ela sempre andava com os pensamentos nas nuvens.
- c) Ele vivia engolindo muito sapo durante o serviço.
- d) A garotinha caiu e machucou a cabeça na pedra.

04. Observe:

No Meio do Caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia Poética*.
27ª ed. Rio de Janeiro, 1991 p.196)

A figura de linguagem perceptível no poema é:

- a) Metáfora
- b) Comparação
- c) Anáfora
- d) Eufemismo

05. Leia as sentenças:

- I. Lembrei-me de que hoje é o seu aniversário.
- II. Lembrei que hoje é o seu aniversário.

Analizando as frases em relação à sua regência, podemos afirmar que:

- a) As duas estão CORRETAS.
- b) As duas estão ERRADAS.
- c) Apenas a I é CORRETA.
- d) Apenas a II é CORRETA.

06. Observe:

[...] E quando eu estiver mais triste

Mas triste de não ter jeito

Quando de noite me der

Vontade de me matar

— Lá sou amigo do rei —

Terei a mulher que eu quero

Na cama que escolherei

Vou-me embora pra
Pasárgada. [...]

Em relação ao trecho do poema “Vou-me embora pra Pasárgada” de Manuel Bandeira, é INCORRETO o que se afirma em:

- a) Pode-se afirmar que Pasárgada representa um sonho para o poeta.
- b) O nome da cidade Pasárgada vem do grego.
- c) Percebe-se claramente no trecho do poema uma espécie de inquietude da alma.
- d) O poema representa um soneto.

07. Leia:





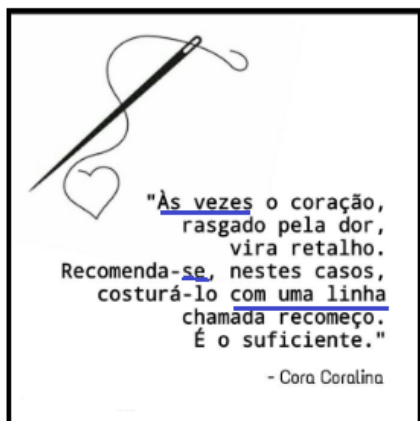
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE - MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: ASSESSOR JURÍDICO



Em relação à figura de linguagem presente na imagem, pode-se identificar:

- a) Metáfora
- b) Comparação
- c) Prosopopeia
- d) Elipse

08. Leia:



Em relação à classe gramatical dos termos destacados, a alternativa que apresenta respectivamente a classificação correta de cada um é:

- a) Advérbio/ Conjunção/ Advérbio.
- b) Advérbio/ Pronome/ Locução Adverbial.
- c) Locução Adverbial/ Pronome Apassivador/ Locução Adverbial.
- d) Locução Adverbial/ Pronome Reflexivo/ Locução Adverbial.

09. Dada as sentenças:

- I. Fale apenas O NECESSÁRIO, nobre colega.
- II. Apenas falou O que era necessário.

Em relação às respectivas funções sintáticas dos termos em destaque, é CORRETO o que se diz em:

- a) Sujeito/ Artigo.
- b) Objeto Direto/ Objeto direto.
- c) Objeto direto/ Adjunto adnominal.
- d) Sujeito/ Objeto Direto.

10. Observe a imagem:



Em relação às CONJUNÇÕES presentes no anúncio acima, temos respectivamente ideias de:

- a) Causa e Tempo.
- b) Adição e Causa.
- c) Causa e Condição.
- d) Adição e Condição.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Se a fruta não é doce, então o cão late. Se a fruta é doce, então o cão não late. Ora, o cão late, então:

- a) A fruta não é doce e o cão late.
- b) A fruta é doce e o cão late.
- c) A fruta não é doce e o cão não late
- d) A fruta é doce e o cão não late.

12. R e S são proposições e ($\neg$, $\wedge$, $\vee$ e $\rightarrow$) são os conectivos lógicos que representam, respectivamente, “negação”, “e”, “ou” e o “conectivo do condicional”. Sendo assim, qual das proposições abaixo não apresenta uma tautologia?

- a) $R \rightarrow (R \vee S)$
- b) $(\neg R \wedge \neg S) \rightarrow (\neg R)$
- c) $(R \vee S) \rightarrow (R \wedge S)$
- d) $(R \wedge S) \rightarrow S$

13. Qual das assertivas abaixo contém uma sentença aberta com um quantificador universal?

- a) Existem professores de plantão nas bibliotecas públicas.
- b) Qualquer médico é habilitado para atender em posto de saúde.
- c) Pelo menos um padeiro que não mora no município de São Luís.
- d) Alguns advogados podem ser juízes.

14. Na cidade de Pirlampo, sabe-se que um dos quatro indivíduos, Zé Grilo, Biné Bigode, Chico Coceira ou Zé da Cabra, cometeu o crime. O delegado Odorico, interrogou os quatro obtendo as seguintes respostas:

- Zé Grilo declara: “Biné Bigode é o criminoso.”
- Biné Bigode declara: “O criminoso é Zé da Cabra.”
- Chico Coceira declara: “Não sou o criminoso.”
- Zé da Cabra protesta: “Biné Bigode está mentindo.”

Sabendo que apenas uma das declarações é verdadeira, as outras três são falsas, quem é o criminoso?

- a) Chico Coceira.
- b) Zé da Cabra.
- c) Zé Grilo.
- d) Biné Bigode.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE - MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: ASSESSOR JURÍDICO



15. Ao estudar Raciocínio Lógico, um aluno criou a seguinte sequência numérica: 1, 1, 2, 6, 24,; Qual será o próximo número desta sequência?

- a) 120
- b) 72
- c) 36
- d) 96

INFORMÁTICA

16. Qual destes é um meio que pode levar ao acesso do Gerenciador de Tarefas no Windows 11 de maneira direta (ao realizar a ação)?

- a) CTRL + ALT + DEL
- b) CTRL + SHIFT + ESC
- c) WINDOWS + X
- d) WINDOWS + R

17. Considerando os três tipos de backup existentes, qual deles pode ser considerado mais rápido para quem precisa de velocidade de restauração?

- a) Incremental
- b) Diferencial
- c) Completo
- d) Reduzido

18. No que diz respeito a rede de computadores, assinale a alternativa que apresenta corretamente a camada em que o HUB pode exercer suas atividades:

- a) Apresentação
- b) Transporte e Sessão
- c) Física e enlace
- d) Aplicação e física

19. O que faz a função CONT.SES no Microsoft Excel em sua versão mais recente?

- a) Conta o número de células que atendem a somente um critério.
- b) Conta o número de células que atendem a um ou mais critérios.
- c) Conta o número de células que não estão vazias em um intervalo.
- d) Faz uma comparação e retorna verdadeiro ou falso.

20. “Envie mensagens e anexos com _____ do Gmail para impedir que informações sigilosas sejam acessadas sem autorização”. Essa descrição se refere a(o):

- a) Modo Confidencial
- b) Assinatura
- c) Cópia oculta
- d) Marcador

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O Lucas, Governador do Estado Futuro, possui 03 (três) irmãos, dentre eles, Pedro, que tem 25 (vinte e cinco) anos, e é casado com Lurdes, de 22 (vinte e dois) anos. Nas eleições gerais municipais, Pedro, resolve lançar sua esposa candidata à prefeita de determinado município do Estado Futuro.

Com base na afirmação acima, assinale V (verdadeiro) ou F (falso), para as alternativas.

- () Considerando o critério de idade, Lurdes é considerada elegível para o cargo de prefeita;
- () Lurdes é inelegível no Estado Futuro;
- () Lucas no seu último ano de mandato, visando ser eleito para o cargo de Senador, renúncia ao cargo de Governador em maio do ano da eleição, assim, poderá concorrer plenamente;

- a) F, F, F;
- b) F, V, F;
- c) V, V, F;
- d) F, V, V.

22. Pedro, empresário de transporte, firma contrato de compra e venda com Lucas, engenheiro, especializado em construção de imóveis de alto padrão. O objeto do referido contrato, seria uma casa, avaliada em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ocorre que, devido a atraso de pagamento de alguns de seus diversos contratos, Pedro não está conseguindo arcar com o compromisso assumido com Lucas, visando liquidar a dívida, aquele, oferece como pagamento pelo imóvel, 03 (três) veículos de sua propriedade, sendo cada um avaliado em R\$ 380.000,00 (trezentos mil reais).

Segundo o Código Civil, caso Lucas aceite os veículos como forma de pagamento da obrigação assumida por Pedro, esse pagamento ficaria caracterizado como:

- a) Novação;
- b) Compensação;
- c) Dação em Pagamento;
- d) Pagamento em consignação.

23. João e Maria, casados por 20 (vinte) anos, tiveram 3 filhos, e construíram grande patrimônio, resolveram pedir o divórcio, ocorre que, tanto João como Maria, resolveram mudar de cidade, visando reconstruí suas vidas. Considerando a presente narrativa, assinale a opção correta no tocante ao foro competente para julgar a ação de divórcio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE - MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: ASSESSOR JURÍDICO



- a) O último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz;
- b) O domicílio do guardião de filho;
- c) O domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal;
- d) O domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei Maria da Penha.

24. Pedro, por ser analista ambiental de determinada autarquia estadual, é o servidor responsável pela análise dos pedidos de licenciamento ambiental de empreendimentos maiores que 1000m². Determinado dia, chegou para sua análise, o pedido de licenciamento da empresa XC empreendimentos, que é de propriedade de Zé, sua desavença antiga. Para tentar prejudicar seu inimigo, Pedro, triplicou a taxa de liberação da licença solicitada por Zé. Considerando a narrativa, Pedro comete o crime de:

- a) Inserção de dados falsos em sistema de informações;
- b) Excesso de exação;
- c) Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações;
- d) Condescendência criminosa.

25. Assinale V (verdadeiro) ou F (falso), para as alternativas.

() Resolução poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

() A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

() A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, não se pode responsabilizar pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos.

() É vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades, a exemplo de informações acerca de parcelamento ou moratória.

- a) F, F, V, F;
- b) V, F, V, V;
- c) F, F, F, F;
- d) F, V, F, F.

26. No tocante ao tombamento, assinale a alternativa correta.

- a) Caso um particular adquira bem tombado, de propriedade de outro particular, aquele, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro;
- b) A coisa tombada poderá sair do país, com transferência de domínio, desde que, tenha prazo certo, por curto período, e que tenha finalidade de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- c) Aquele que praticar o comércio de exportação de bens tombados, terá como pena, a aplicação de multa e a desapropriação do bem, caso seja proprietário, na mesma pena, incorre o proprietário do bem que autoriza a comercialização;
- d) As coisas tombadas poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas, desde que seja autorizado previamente pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

27. São órgãos da OAB, exceto;

- a) Conselho Federal;
- b) Seções Estaduais;
- c) Subseções;
- d) Caixa de Assistência dos Advogados.

28. No tocante aos atos administrativos vinculados e discricionários, analise as afirmações abaixo, e assinale a alternativa que contém a sequência correta.

- I. Licença para dirigir ou carteira nacional de habilitação – CNH;
- II. Porte de arma de fogo;
- III. Alvará de construção;
- IV. Autorização para particular poder explorar um quiosque numa praça pública.

- a) I – Ato discricionário; II – Ato vinculado; III - Ato vinculado; IV - Ato vinculado;
- b) I – Ato discricionário; II – Ato discricionário; III - Ato discricionário; III - Ato vinculado;
- c) I – Ato vinculado; II – Ato vinculado; III – Ato discricionário; IV - Ato discricionário;
- d) I – Ato vinculado; II – Ato discricionário; III - Ato vinculado; IV - Ato discricionário;

29. José, Procurador Federal, sempre teve o sonho de exercer mandato eletivo, o mesmo pretende ser candidato nas próximas eleições. Com base na afirmativa, e considerando as regras para servidor público ocupar mandato eletivo, assinale a opção incorreta.



- a) Caso Paulo seja eleito para o cargo de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- b) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais;
- c) Na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem;
- d) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

30. A esposa de Lucas, foi sequestrada, e lhe foi exigido um alto valor para a mesma ser libertada, Judas que é seu vizinho, ao saber da situação, e sabendo que Lucas se encontrava desesperado, oferece a ele comprar um veículo de luxo de sua propriedade, porém, lhe oferece apenas metade do valor de mercado, como Lucas queria salvar sua esposa, ele aceita a proposta, pois assim teria como pagar o resgate.

Considerando a narrativa, qual o defeito do negócio jurídico?

- a) Dolo;
- b) Estado de perigo;
- c) Coação;
- d) Lesão.

31. O Código de Processo Civil, estabelece que toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo. No tocante aos sujeitos do processo, assinale V (verdadeiro) ou F (falso), para as alternativas.

- () O cônjuge, sempre necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário;
- () O Estado e o Distrito Federal serão representados em juízo, ativa e passivamente por seus Governadores e procuradores;
- () A herança jacente ou vacante, será representada em juízo, ativa e passivamente por seu inventariante;
- () Alterar a verdade dos fatos, é considerado litigância de má-fé.
- a) F, F, V, V;
- b) V, F, V, F;
- c) V, F, F, F;
- d) F, F, F, V.

32. Os servidores públicos A e F, ocupantes de cargos públicos iguais, são melhores amigos, “F”, um dia flagrou seu amigo “A”, recebendo propina de determinado prestador de serviço, porém, devido ao grau de amizade entre ambos,

“F”, com medo das consequências que seu amigo enfrentaria, resolveu por não levar ao conhecimento da autoridade competente o ato de “A”.

No presente caso, “F” cometeu o crime de:

- a) Prevaricação;
- b) Concussão;
- c) Corrupção passiva;
- d) Condescendência criminosa.

33. A Lei nº 13.465/2017 que estabeleceu à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes, estabelece alguns objetivos da REURB, dentre as alternativas abaixo, assinale a opção incorreta.

- a) ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;
- b) identificar os núcleos urbanos formais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;
- c) conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher;
- d) franquear participação dos interessados nas etapas do processo de regularização.

34. No que diz respeito a publicidade profissional, a Resolução nº 2/2015 (Código de Ética e Disciplina da OAB), determina que é vedado as seguintes condutas, exceto:

- a) O uso de outdoors, painéis luminosos ou formas assemelhadas de publicidade;
- b) As inscrições em muros, paredes, veículos, elevadores ou em qualquer espaço público;
- c) A utilização de placas, painéis luminosos e inscrições na fachada de identificação dos escritórios de advocacia;
- d) O fornecimento de dados de contato, como endereço e telefone, em colunas ou artigos literários, culturais, acadêmicos ou jurídicos, publicados na imprensa, bem assim quando de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE - MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: ASSESSOR JURÍDICO



eventual participação em programas de rádio ou televisão, ou em veiculação de matérias pela internet, sendo permitida a referência a e-mail;

35. A teoria da imprevisão é um instrumento do direito privado que permite o cumprimento de contratos celebrados entre particulares quando a conjuntura de execução do contrato muda em relação ao ambiente em que foi celebrado. A teoria da imprevisão pode ser aplicada a contratos administrativos, quando por algum motivo, se faz necessário a recomposição de preços.

Considerando a narrativa acima, análise o caso a seguir, e assinale a alternativa que contém hipótese correta, quanto a teoria da imprevisão.

“O Estado B, abriu concorrência pública para a construção do hospital de urgência e emergência, que terá 15 (quinze) andares, devido a sua grande estrutura, foi anexado processo, estudo do solo, o qual afirma que o mesmo é arenoso, o que facilita a escavação e diminui os custos. A empresa RX, sagrou-se vencedora da concorrência pública, e após assinatura de contrato, iniciou os trabalhos, porém, quando do início das escavações para execução das sapatas de sustentação do edifício, deparou-se com um solo rochoso, dificultando a execução, como, aumentando muito os custos, afetando assim, a avença pactuada inicialmente.”

- a) Fato administração;
- b) Caso fortuito e força maior;
- c) Interferência imprevista;
- d) Fato do príncipe.

36. Assinale V (verdadeiro) ou F (falso), para as alternativas.

- () De iniciativa do Poder Legislativo, a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre

as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

- () A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, sendo a única exceção a essa regra, a autorização para abertura de créditos suplementares.
- () Os membros do congresso nacional, detêm a prerrogativa de apresentar emendas individuais impositivas ao projeto de lei orçamentária anual, podendo alocar recursos a Estados, Distrito Federal e Municípios, valores estes que integrarão a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo.
- () Prescinde de autorização legislativa, a abertura de crédito suplementar ou especial.
- a) V, V, V, V;
- b) F, F, F, F;
- c) V, F, V, V;
- d) V, F, F, V.

37. O Sr. João, proprietário de grande quantidade de imóveis no centro histórico da Cidade de Deus, resolver pôr à venda parte desses imóveis, pois pretender conseguir um capital extra para dar início a um novo empreendimento, o shopping da cidade, o qual será construído bem próximo ao centro da cidade, pertinho dos imóveis que pretende vender. Ocorre que, João, com vistas no futuro, pensando na possível valorização que os imóveis terão, devido à proximidade com o shopping, estabelece uma cláusula especial nos contratos de compra e venda destes imóveis, onde, fica reservado o direito de recomprar um bem que vendeu, caso o comprador queira vendê-lo. O comprador é obrigado a oferecer o bem ao vendedor, tanto por tanto.

Segundo o Código Civil, a cláusula especial estabelecida no contrato de compra e venda dos imóveis de João, é:

- a) Venda com reserva de domínio;
- b) Preempção;
- c) Retrovenda;
- d) Venda a contento



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE - MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2024
CARGO: ASSESSOR JURÍDICO



38. Maria, empregada pública, certo dia, após consultar seu nome em site de busca, descobre que figura no polo passivo de uma ação trabalhista, movida por uma ex-funcionária doméstica sua. O referido processo, já se encontra sentenciado, onde a mesma, foi condenada a pagar a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Inconformada, Maria procura um advogado, e alega que nunca foi citada ou intimada no processo. Com base na alegação, qual medida judicial, é mais adequada ao caso.

- a) Apelação, pois como o processo já se encontra sentenciado, é único recurso cabível;
- b) Agravo de instrumento;
- c) Embargo de declaração, visando a correção de erro material;
- d) Agravo interno, para o tribunal de justiça.

39. João, Fiscal Fazendário de determinado ente da Federação, recebeu em sua conta bancária o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), por erro da instituição financeira. João, ao invés de informar o ocorrido ao banco, acabou utilizando o mesmo para saldar alguns débitos. Considerando a narrativa, João comete o crime de:

- a) Furto qualificado;
- b) Extravio;
- c) Peculato mediante erro de outrem;
- d) Prevaricação.

40. No que diz respeito ao Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta.

- a) A competência tributária é indelegável;
- b) À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;
- c) Mesmo no caso de calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis, somente a União, pode instituir empréstimos compulsórios;
- d) Estados, Distrito Federal e os Municípios não podem estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.